



A INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO DA EJA COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS EM ESCOLAS REGULARES NO MUNICÍPIO DE GUANAMBI-BA

MIRON, Keren Talita Silva¹; REIS, Sônia Maria Alves de Oliveira²

¹Graduanda do Curso de Pedagogia na Universidade do Estado da Bahia, Campus XII, bolsista de PIBIC/FAPESB, membro do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão Paulo Freire (NEPE). E-mail: keren_talita@hotmail.com; ²Doutora e Mestre em Educação pela FAE/UFMG. Prof^a Assistente da UNEB, Campus XII, Coordenadora do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão Paulo Freire (NEPE).

EIXO TEMÁTICO: EIXO 2 - SUJEITOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: IDENTIDADE E DIVERSIDADE

RESUMO

O presente trabalho é resultado de reflexões realizadas do projeto de Iniciação Científica PIBIC/FAPESB, que tem como objetivo compreender e discutir como se dá a Inclusão Escolar do aluno da Educação de Jovens e Adultos (EJA) diagnosticado com algum tipo de Necessidades Educacionais Especiais nas escolas públicas do Município de Guanambi-BA.

Cabe ressaltar que esta pesquisa é predominantemente de cunho qualitativa, pois tem como objetivos compreender o comportamento e a experiência dos humanos por meio da qual se constroem e descrevem significados (BOGDAN e BIKLEN, 1994).

Nesse sentido, os participantes deste trabalho serão os jovens e adultos que frequentam a EJA e foram diagnosticados com algum tipo de necessidade educacional especial (surdez, baixa visão, intelectual, psicomotora e outras).

Para tanto, pretendemos realizar um levantamento e localização de diferentes experiências de Educação Inclusiva e EJA realizadas no município de Guanambi-BA, de maneira que será distribuído um questionário aos gestores das instituições de ensino de modo a solicitar informações sobre o número de alunos da EJA com alguma necessidade educacional especial matriculados e frequentes.

As discussões sobre a EJA é um tema de suma importância na sociedade contemporânea, visto que, embora o número deste público tenha crescido no âmbito escolar, caracteriza-se como inferior ao observarmos a quantidade de jovens e adultos que são analfabetos em nosso país.

Essa realidade é bem mais alarmante quando falamos sobre alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) presentes na EJA. Segundo Ferreira (2012, p. 75) “Jovens e adultos com deficiência constituem hoje ampla parcela da população de analfabetos no mundo porque não tiveram oportunidades de acesso à educação na idade apropriada.”

Algo que pode ser compreendido, dentro do processo histórico, pela valorização de grupos sociais elitizados e indivíduos considerados “normais”, em detrimento à grupos sociais desfavorecidos e pessoas taxadas como anormais. Nesses aspectos, não há como



questionar a grande dívida social existente para com esta população, assim como, para o negro, o indígena e a mulher.

Dessa maneira, cabe-nos refletir sobre como os alunos com alguma NEE devem ser atendidos na EJA, uma vez que a Constituição afirma, todos têm o direito à educação e ao acesso à escola, sem que haja nenhum tipo de exclusão. Já que, segundo o Art. 3, inciso IV apresenta é um dever do Estado “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

Mas qual é a melhor forma de proporcionar uma educação inclusiva que seja efetiva a estes alunos, que trazem muitas vezes em suas bagagens a invisibilidade social? Sobre isso Ferreira (2012, p.79) declara “A invisibilidade das pessoas com deficiência gera crenças infundadas, resultado da ignorância geral sobre o que seja ‘deficiência’ em termos de sua ampla variedade de manifestações, limitações e possibilidades.”

Nesse sentido, ao pensarmos sobre educação inclusiva dentro da escola devemos compreender o que realmente significa inclusão. Mantoan (2006) explica que integração é diferente de inclusão. Para a autora, as palavras são semelhantes em seus significados, porém a realização de suas práticas de inserção “fundamentam em posicionamentos teórico-metodológicos divergentes” (MANTOAN, 2006, p. 17).

Em sua declaração a autora destaca, que integração refere-se as inúmeras possibilidades educacional que garante acesso do aluno à escola tanto de ensino regular, como especializadas. No entanto, essa inserção se dá parcialmente, pois o sistema e serviços educacionais destinados aos educandos com necessidades ocorrem de forma segregada.

Já ao que se refere a inclusão, “prevê a inserção do aluno de forma radical, completa e sistemática” (MANTOAN, 2006, p. 19). Nessa direção, a autora além de questionar as políticas e a formação da educação especial e regular, procura um conceito próprio de integração. Para ela, o processo de efetivação da inclusão não se deve atingir apenas o aluno com necessidades, mas a todos os demais que são sujeitos ativos para o sucesso educacional geral.

Com isso compreendemos a relação entre a Educação de jovens e adultos atrelada a Educação Inclusiva, pois é perceptível que a EJA traz como parâmetros a inclusão daqueles que foram excluídos, proporcionando um diálogo entre o sujeito e o meio em que está inserido.

Nota-se, que uma educação inclusiva não se refere apenas as pessoas com necessidades educacionais especiais, e sim vai muito além. Freire (2013) declara que o homem é um ser inacabado, incompleto, que não sabe de maneira absoluta. Dessa mesma forma Cunha (2012) destaca, que em muitos momentos *todos* precisaremos e temos direito a uma educação que seja inclusiva, pois sempre haverá a necessidade de sermos incluídos em algum momento, em algum lugar, ou necessitaremos de uma atenção maior como possibilidade de aprendizado.

Assim, compreende-se que a educação inclusiva está inteiramente voltada à diversidade, pois como Cunha (2012) afirma, somos todos diferentes, não apenas fisicamente, mas com experiências e saberes diferentes.

Algo que está presente na declaração de Contini (2008, p.3)

Aceitar as diferenças individuais, valorizar cada ser humano e aprender através da cooperação são outros princípios norteadores da prática da inclusão social que é um processo pelo qual a sociedade procura se adaptar para incluir em seus sistemas gerais



pessoas com necessidades educacionais especiais que, por sua vez, preparam-se para assumir seus papéis na sociedade.

Portanto, não há como negar a importância deste trabalho para realmente compreendermos como se dá o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas instituições públicas no município de Guanambi-BA. Nesse contexto, entendemos a necessidade de uma ação que seja ativa e não passiva dentro da Educação Inclusiva. Não é apenas no papel que o direito deve estar garantido e sim na prática da atual sociedade democrática e da “*pátria educadora*”.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Necessidades Educacionais Especiais; Inclusão; Realidade.

REFERÊNCIAS

CONTINI, Roseli Maria de Fátima. **INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.** Londrina, 2008. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1861-6.pdf>> Acesso em: 17 set 2015.

CUNHA, Antônio Eugênio. **Práticas pedagógicas para a inclusão e diversidade.** 2. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012. 160p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários para à prática educativa. 47ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013. 143p.

FERREIRA, W. B. **EJA & Deficiência:** estudo sobre a oferta a modalidade EJA para estudantes com deficiência. In AGUIAR, Márcia Angela. (Org.) Educação de Jovens e Adultos: O que dizem as pesquisas? Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade –SECAD: Universidade Federal de Pernambuco/Coordenação de Educação a Distância. 2009. Disponível em: www.ufpe.br/cead/index.php?option=com_content&view. Acesso em 02 de novembro de 2012.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar:** o que é? Por quê? Como fazer? 2 ed. São Paulo: Moderna, 2006. 63p.

SANTOS, Edyruse M S.doS; BRITO, Débora de Carvalho; SOUZA, Maria de Fátima V. de. **A inclusão dos alunos com deficiência na EJA algumas reflexões teóricas.**